

**POSSIBILIDADES FORMATIVAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA
INCLUSIVA**

***POSIBILIDADES DE FORMACIÓN EN EDUCACIÓN FÍSICA EN LA PERSPECTIVA
INCLUSIVA***

***TRAINING POSSIBILITIES IN PHYSICAL EDUCATION IN THE INCLUSIVE
PERSPECTIVE***



Patricia Santos de OLIVEIRA
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
e-mail: patriciagorup@gmail.com



Jacqueline da Silva NUNES
Universidade Federal da Grande Dourados
e-mail: jacquelinenunes@ufgd.edu.br



Josiane Fujisawa Filus de FREITAS
Universidade Federal da Grande Dourados
e-mail: josianefffreitas@ufgd.edu.br



Patricia ROSSI-ANDRION
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
e-mail: patriciarossi.pr@hotmail.com

| 1



Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, P. S. de; NUNES, J. S.; FREITAS, J. F. F.; ROSSI-ANDRION, P. Possibilidades formativas em Educação Física na perspectiva inclusiva. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. esp. 2, e021032, 2021. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v11iesp.2.16490>

Submetido em: 19/05/2021

Revisões requeridas em: 22/07/2021

Aprovado em: 17/09/2021

Publicado em: 30/11/2021

RESUMO: O presente trabalho é resultado dos desdobramentos do curso de extensão Corpo, Formação Humana e Sociedade, e teve como objetivo refletir sobre a formação inicial do professor de Educação Física para atuar junto às pessoas com deficiência. Assim, a partir de um ensaio teórico, as autoras iniciam refletindo sobre a temática do corpo, formação humana e sociedade e sua intersecção com a formação inicial de professores de Educação Física a partir das quais são apresentadas conceituações, bases teóricas e pesquisas recentes em formação inicial da área. Para finalizar, são apresentadas possibilidades e estratégias para formar professores sensíveis à temática da inclusão. Tais sugestões resultam de trabalhos de conclusão de curso, relatos e das experiências didáticas das pesquisadoras e estão organizadas a partir dos eixos: experiências nos estágios supervisionados, extensão universitária e formação para atuar na perspectiva do trabalho colaborativo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Formação inicial. Pessoas com deficiência. Atividade física adaptada.

RESUMEN: *El presente trabajo es fruto del curso de extensión Cuerpo, Formación Humana y Sociedad, y tuvo como objetivo reflexionar sobre la formación inicial del docente de Educación Física para trabajar con personas con discapacidad. Así, a partir de un ensayo teórico, los autores comienzan reflexionando sobre el tema del cuerpo, la formación humana y la sociedad y su intersección con la formación inicial de los docentes de Educación Física, donde se encuentran conceptos, bases teóricas e investigaciones recientes en formación inicial en el área. Finalmente, se presentan posibilidades y estrategias para formar docentes sensibles al tema de la inclusión. Tales sugerencias son el resultado de trabajos de finalización de cursos, informes y experiencias didácticas de los investigadores y se organizan según los temas: experiencias en pasantía supervisadas, extensión universitaria y formación para actuar en la perspectiva del trabajo colaborativo.*

PALABRAS CLAVE: *Educación Física. Formación inicial. Personas con deficiencia. Actividad física adaptada.*

ABSTRACT: *The present work is the result of the extension course 'Body, Human Education and Society', and aimed to reflect on the initial education of the Physical Education teacher to work with people with disabilities. Thus, from a theoretical essay, the authors begin by reflecting on the theme of the Body, Human Education and Society and its intersection with the initial education of Physical Education teachers, where concepts, theoretical bases and recent research in initial education in the area. Finally, possibilities and strategies to train teachers sensitive to the theme of inclusion are presented. Such suggestions result from course completion works, case reports and the researchers' didactic experiences and was organized according to the following axes: experiences in supervised internships, university extension and training to work in the perspective of collaborative work.*

KEYWORDS: *Physical Education. Teacher training. People with disabilities. Adapted physical activity.*

Introdução

O presente artigo faz parte da construção coletiva promovida pelo Curso de Extensão Corpo, Formação Humana e Sociedade, organizado pelos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos Corporais – LEC/Unespar e Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguagem Corporal e Diversidade – GEPL/UFPA. O curso foi estruturado por seis módulos que tratavam temáticas que promoveram diálogos e reflexões interinstitucionais acerca das diferentes concepções de pensar o corpo, formação humana e sociedade e seus desdobramentos nas práticas corporais contemporâneas. Nesse sentido, o presente estudo aborda a temática proposta na perspectiva da Formação inicial em Educação Física (EF) para atuar com pessoas com deficiência.

Pensar sobre a Educação Física nessa perspectiva nos remete a refletir sobre vários conceitos, abordagens, autores, entretanto, em comum acordo, entendemos que a área está atrelada a perspectiva da inclusão em seus diferentes âmbitos e, portanto, deve ser pensada em sua totalidade. Quando discutida sob o olhar da formação humana, da construção da sociedade, precisamos considerar toda e qualquer pessoa em sua integridade, independentemente de conjunturas físicas ou intelectuais.

Para Denari (2013), ao incluir é preciso levar em conta a possibilidade de desenvolver | 3
de acordo com suas atitudes e aptidões direcionadas à sua inserção na sociedade. Como parte do sistema educativo, sua existência está intimamente ligada a valores e virtudes, condições tais que fazem da educação uma fonte inesgotável para melhorar a qualidade de vida das pessoas em busca da autonomia. A autora elucida o que acreditamos ser um caminho em prol do bem comum:

[...] em seu sentido mais abrangente, a educação garantida por todos por direito, deve permear, primeiramente os princípios de equidade e de qualidade. Em segundo lugar, deve promover o desenvolvimento de projetos educativos assentados nos pilares da (com) vivência democrática e no respeito da diversidade, nesses projetos, é fundamental a presença e o envolvimento de todos os professores, alunos, equipe escolar, famílias, e comunidade social onde se insere a escola (DENARI, 2013, p. 17).

Entretanto, lançar olhares sobre isso nos faz exercitar a capacidade que temos enquanto educadores de modificar as nossas próprias atitudes na ação educativa. Segundo Freire (1996), é preciso saber escutar o outro e ter coerência entre o discurso e a ação.

É escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo em que, em certas condições, precise falar a ele [...] se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou menino negro, o menino índio, a menina rica, se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não escuto,

não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo (FREIRE, 1996, p. 127-136).

Nunes (2019) evidencia em sua tese que essa apropriação do professor, no que tange a compreender o sujeito, para adaptar recursos e suprir necessidades educativas, nos remete a evidenciar o pensamento de Paulo Freire (2002) de que é preciso perceber as particularidades na totalidade, pois nenhum fato se justifica por si mesmo, isolado do contexto social pelo qual foi gerado e se desenvolve. Olhar para a inclusão é compreender o que bem disse Freire (2002, p. 24), “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Desse modo, vamos refletindo sobre o tema central deste dossiê, em que a formação humana, o corpo e a sociedade devem ser pensados conjuntamente. Ao olharmos para as potencialidades educativas que as práticas corporais inclusivas agregam e a complexidade do tema inclusão, sentimos necessidade de estabelecermos um diálogo entre formação inicial em Educação Física, inclusão de pessoas com deficiência em atividades físicas, e as possibilidades formativas nos cursos de graduação em Educação Física.

Este contexto nos remete especificamente à área da Atividade Física Adaptada, sendo o corpo em movimento entendido como objeto da educação, acreditamos em sua potencialidade para promover o exercício da empatia, fazendo com que os professores sejam capazes de se colocar no lugar de seus alunos, entender suas dificuldades e necessidades. Nunes (2019, p. 24) em sua pesquisa ressalta que: “O corpo, aqui entendido como a totalidade do homem e não apenas biológico, é capaz de propiciar o desenvolvimento afetivo e intelectual, para além do desenvolvimento físico”.

Desse modo, se faz necessário repensar a formação inicial do professor de Educação Física de forma a construir atitudes favoráveis em relação a inclusão, romper com as barreiras atitudinais e fornecer subsídios para que os futuros profissionais possam se comprometer em planejar e promover atividades físicas e esportivas para todos os seus alunos, principalmente aqueles com algum tipo de deficiência. Neste sentido, Fiorini e Manzini (2014), indicam, a partir de suas pesquisas, a importância de promover a formação do professor de Educação Física contemplando a inclusão de alunos com deficiência, a partir de iniciativa de diferentes âmbitos, como as instituições superiores, as secretarias municipais de educação e as políticas públicas.

Assim, o presente ensaio teórico tem como objetivo refletir sobre a formação inicial do professor de Educação Física para atuar junto às pessoas com deficiência, e apresentar possibilidades e estratégias de abordar essa temática nas disciplinas do curso de graduação em Educação Física.

Para tanto, a partir do exposto, num primeiro momento vamos refletir sobre a importância da *Formação inicial de professores de Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva*, buscando conceituar essa problemática, evidenciando a trajetória histórica, e debater com pesquisas recentes, em busca de repensarmos a importância de avançar em processos formativos que considerem, na contemporaneidade, a diversidade, a inclusão e a participação de todos.

Para finalizar o debate, buscamos refletir sobre as *Possibilidades formativas em Educação Física: experiências na perspectiva da inclusão*. O objetivo desse eixo foi apresentar estratégias de ensino que contribuíssem para o fortalecimento de atitudes favoráveis em relação à inclusão de pessoas com deficiência no processo de formação inicial do professor de Educação Física.

Formação inicial de professores de Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva

No Brasil, a formação inicial de professores de Educação Física ocorre por meio de cursos de graduação de nível superior, com habilitação nas áreas de licenciatura ou bacharelado (BRASIL, 2018a). Nos últimos anos, a formação inicial de professores de Educação Física vem passando por diversos avanços, principalmente no que se refere aos aspectos legislativos e de normatização das diretrizes de formação relacionada à atuação junto às pessoas com deficiência.

A legislação mais atual, relacionada às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (BRASIL, 2018a), representa um avanço na formação de licenciados e bacharéis em Educação Física para atuar junto às pessoas com deficiência uma vez que legitima, assim como em versões anteriores, a necessidade de disciplinas que tratam das características, dos aspectos metodológicos e de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência. No referido documento, “A formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura” (p. 2).

Contudo, Pletsch (2009) destaca que a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica que seja atenta às necessidades dos alunos com deficiência. Dessa forma, a autora avalia que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida no processo de formação deste professor.

Gilon e Cardoso (2014) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a matriz

curricular do Curso de Educação Física em Licenciatura em uma universidade do nordeste do Brasil em relação à formação para a educação inclusiva. A partir da análise dos planos de ensino de disciplinas da área de conhecimento referente ao ensino das modalidades esportivas (Jogo; Esporte; Lutas; Ginástica e Dança), os autores concluíram que há uma lacuna na articulação do ensino dos esportes e a problemática da educação inclusiva naquela universidade, uma vez que não foram encontrados, nos planos de ensino, nenhuma referência ao público com deficiência e ou necessidades especiais.

Nessa direção, para Rodrigues e Lima-Rodrigues (2017) existem dois principais modelos de matriz curricular de formação de professores para atuar na perspectiva da inclusão, o modelo tradicional e o modelo de infusão: No modelo tradicional, a matriz curricular dos cursos de ensino superior é estruturada de modo que, em todo o processo de formação, o discente tenha apenas uma ou duas disciplinas específicas com o objetivo de fornecer conhecimentos sobre as características do aluno com deficiência, os processos de ensino e aprendizagem e aspectos metodológicos específicos (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2017). Já no modelo de “infusão”, a organização curricular dos conteúdos relativos à educação de alunos com deficiência e ou necessidades educativas especiais (NEE), é abordado por todas as disciplinas de forma transversal (KOWALSKI, 1995). Ou seja, nesse modelo, as questões referentes às características do aluno com deficiência, o ensino e aprendizagem, e estratégias metodológicas específicas estão descentralizadas e são conteúdos abordados em grande parte das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

| 6

A partir do exposto, ainda que grande parte dos cursos de formação de professores de Educação Física tome como princípio a matriz tradicional, é fundamental repensarmos a importância de avançar em busca de processos formativos que considerem a diversidade, a inclusão e a participação de todos. Para tanto, um modelo de formação de infusão, no qual a maioria das disciplinas direcionam parte do conteúdo para abordar a temática da pessoa com deficiência, parece congrega de forma mais efetiva as habilidades e competências de um professor de Educação Física para atuar na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência.

No que tange ao campo das pesquisas, a formação profissional inicial é tema recorrente nas pesquisas nacionais e internacionais envolvendo a Atividade Física Adaptada (AFA), pois é com base nessas pesquisas que podemos compreender como acontece tal ação, quais são os avanços, as limitações e de que maneira poderá interferir na futura atuação do profissional de Educação Física (EF) diante do processo de inclusão (MAHL, 2016; LOUZADA, 2016).

Nesse contexto, pesquisas nacionais demonstram o despreparo ao lidar com as pessoas com deficiência decorrente da falta de experiências práticas, da precariedade do estágio

supervisionado, da dissociação entre teoria e prática e da falta de interdisciplinaridade nos cursos superiores de formação inicial em EF, causando insegurança e dificuldades para a atuação profissional, tanto por recém-formados como por professores que já atuam na área (CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014; ROSSI-ANDRION; VILARONGA; MUNSTER, 2019).

Em estudo de revisão de literatura realizado por Rossi-Andrion, Vilaronga e Munster (2019), as autoras apresentam resultados de que os estudantes que estão em formação inicial em EF não se sentem preparados para trabalhar com as pessoas com deficiência e/ou qualquer outra Necessidade Educacional Especial (NEE) junto ao processo de inclusão, sendo ressaltado, principalmente, o pouco contato direto com esse público ao longo da jornada desses cursos superiores, ofertando pouca experiência prática.

Pesquisas desenvolvidas no Brasil, EUA, Reino Unido e Itália, concluem a importância em oportunizar mais experiências práticas envolvendo o público da Educação Especial durante o processo de formação inicial em EF, pois é a partir dela que ocorre o contato direto interpessoal em ambiente real, influenciando positivamente nas atitudes e nos sentimentos dos graduandos para atuação no processo de inclusão (ROSSI-ANDRION, VILARONGA; MUNSTER, 2019).

Essa experiência prática está relacionada a atividades que os estudantes possam acompanhar e vivenciar de perto o trabalho realizado com as pessoas com deficiência, TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), Superdotação e demais Necessidades Educacionais Especiais, como, por exemplo, os estágios supervisionados dentro e fora do campus universitário, os estágios curriculares em escolas regulares e de Educação Especial; os projetos de extensão e os projetos comunitários que envolvam essa população.

Seria importante que os estágios supervisionados, tanto em escolas de ensino regular que atendem o público da Educação Especial como em escolas de Ensino Especial, fossem incorporados e oportunizados durante a graduação, para que pudessem oferecer aos estudantes em sua formação inicial em EF um treinamento adequado, proporcionando mais conhecimento e maior preparo acerca do processo de inclusão, com um consequente aumento na qualidade de ensino para todos (HODGE; TANNEHILL; KLUGE, 2002; VICKERMAN; COATES, 2009; JEONG, 2013; WILKINSON *et al.*, 2013; NARDO *et al.*, 2014; TINDALL *et al.*, 2015).

Além dos estágios curriculares, ressaltam-se que as experiências pessoais anteriores ao início da formação inicial, como o fato de possuir familiares e/ou amigos com deficiência e/ou frequentar estágios em AFA fora da grade curricular em outros estabelecimentos que não a

universidade, são fatores importantes que também podem acarretar uma melhoria no sentimento em relação à futura atuação frente à inclusão. Afinal, a formação profissional, além de envolver uma formação curricular básica sólida, que associe teoria e prática por meio de estágios supervisionados, ainda envolve as experiências anteriores e pessoais de cada estudante de EF advindas de outras instituições de ensino e demais atividades (CASTRO; AMORIM, 2015; DUCHENE *et al.*, 2018).

Essas experiências práticas acadêmicas e pessoais influenciam de forma positiva nas seguintes atitudes dos estudantes na sua formação inicial em EF: a mudança de discurso sobre inclusão, buscando a equidade durante as aulas; a diminuição do pré-conceito, deixando a deficiência de lado e enfatizando a funcionalidade para ir ao encontro das necessidades de cada aluno no ambiente inclusivo; e o desenvolvimento de relacionamentos e comunicação adequados tanto ao trabalhar com o público em questão como com profissionais de outras áreas com o foco na interdisciplinaridade (WOODRUFF; SINELNIKOV, 2015).

Estudos afirmam que quando há a experiência prática sobre a deficiência e demais NEE, o melhor preparo acadêmico e o contato com mais conteúdos envolvendo especificamente a AFA durante a formação inicial, mais bem preparados academicamente os graduandos estarão para atuar no processo de inclusão, acarretando o aumento da confiança, a melhoria da comunicação junto aos alunos com deficiência e demais profissionais (como professores de sala de aula regular, diretores e assistentes) para um trabalho inter/multidisciplinar e a diminuição de incertezas ao se trabalhar com esse público (HODGE *et al.*, 2002; DUCHANE *et al.* 2008; NARDO *et al.*, 2014).

Além dessa atenção às experiências práticas, também é importante proporcionar a associação da teoria com a prática durante os cursos de formação inicial em EF, sendo essa ação um fator relevante que deveria ocorrer junto com tais experiências, proporcionando melhoria na competência de ensino e no aumento da compreensão do processo inclusivo, ofertando o aumento do conhecimento e da conscientização sobre o assunto (COATES, 2012).

Entretanto, ainda há uma sobreposição da teoria à prática. Para acontecer essa associação de forma adequada e equilibrada, o tempo dispendido nas atividades práticas durante a formação inicial em EF deveria ser maior do que acontece atualmente, direcionada para atividades em campo, para que houvesse o aumento de tempo de instrução para proporcionar a melhoria da confiança e o entusiasmo nos estudantes dos programas de formação inicial em EF e assim, consequentemente, melhorar a instrução ao se trabalhar com alunos com deficiência (LAYNE; BLASINGAME, 2018).

Juntamente com o desenvolvimento da teoria associada à prática, existe a importância

em oferecer aos estudantes a infusão do conhecimento entre as demais disciplinas curriculares ao longo dos cursos de formação inicial, que não apenas a disciplina de AFA. Todavia, há pouca oferta de disciplinas que envolvem a AFA especificamente e disciplinas que façam a interface com essa área, o que resulta na escassez de conhecimentos teóricos e práticos. Dessa forma, seria importante defender a infusão do conhecimento sobre deficiência em outras disciplinas, pois esse movimento poderia favorecer discussões, simulações, equipamentos, modificações e estratégias de ensino e de conhecimento no que se refere ao processo de inclusão (KWON, 2018).

Uma das maneiras de compreender essas lacunas, quanto às experiências práticas em estágios supervisionados e infusão do conhecimento e associação de teoria e prática, é analisar o currículo das instituições de ensino superior. Infelizmente, pesquisas nacionais e internacionais apresentam dados de que não há padrões curriculares para tornar os futuros profissionais preparados para atuação em AFA, não havendo delineamento de como são conduzidos os currículos, ocorrendo o distanciamento entre a formação inicial acerca dos contextos da diversidade e da inclusão, da realidade escolar e da dissociação entre teoria e prática (SILVA; DRIGO, 2012; LOUZADA, 2016; MAHL, 2016 ROSSI-ANDRION; MUNSTER, 2019).

No Brasil, mesmo os cursos superiores de EF apresentando condições estruturais e curriculares para atender as demandas da inclusão e sendo obrigatória a disciplina AFA na grade curricular, ainda há carga horária reduzida e poucas disciplinas que realizam a interface/interdisciplinaridade com a AFA (ROSSI-ANDRION; MUNSTER, 2013; ROSSI-ANDRION; MUNSTER, 2019). Sendo assim, além de aumentar a carga horária para essa área, também seria importante que ocorresse a interdisciplinaridade entre a AFA e as demais disciplinas, maior articulação entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa, e maior aproximação com o estágio curricular frente ao processo de inclusão.

A compilação dessas pesquisas nacionais e internacionais demonstrou que a experiência prática é a principal responsável por relacionar várias vertentes para uma melhor formação inicial, pois são as experiências por meio de estágios em ambientes reais (que deveriam ser mais oportunizados) juntamente com a teoria, que interferem positivamente nas atitudes e nos sentimentos dos estudantes, tornando-os preparados para a atuação para a inclusão. Seria muito importante que os cursos de formação inicial em Educação Física oportunizassem e aprofundassem mais os conteúdos da AFA, a infusão do conhecimento e a interdisciplinaridade ao longo do curso e não apenas ofertar disciplinas isoladas com pouca intervenção prática.

Diante de todo exposto, a formação inicial pautada na interdisciplinaridade e na infusão

do conhecimento é defendida, na qual cada disciplina da grade curricular do curso de Educação Física desenvolva questões envolvendo alunos com deficiência e a inclusão desses na sociedade.

Possibilidades formativas em Educação Física: experiências na perspectiva da inclusão

O intuito desse tópico é apresentar estratégias de ensino que contribuam para a fortalecimento de atitudes favoráveis em relação a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades físicas. As pesquisas na área, como as publicadas por Rossi-Andrion e Munster, (2019); Salerno *et al.* (2013), e os anos de atuação no Ensino Superior nos permitem indicar que as maiores dificuldades de graduandos em relação a inclusão referem-se a falta de conhecimento, bem como a ausência de contato e convivência com essa população.

Como apresentado no tópico anterior, a estrutura curricular dos cursos de graduação não supre tal dificuldade, uma vez que a maioria dos cursos de Educação Física destinam apenas uma disciplina isolada para tratar desses assuntos e, muitas vezes, esta fica restrita apenas aos conhecimentos teóricos sobre as deficiências e suas classificações. Como resultado disso, os conceitos e pré-conceitos relacionados a essa população continuam a limitar a prática do futuro professor de Educação Física, que, em muitos casos, não têm conteúdos e experiências durante a graduação que lhe possibilitem pensar e vivenciar na prática a diversidade e as diferenças (SALERNO *et al.*, 2013).

Conforme discutido anteriormente, a fim de superar essa limitação, os cursos de formação inicial necessitam ofertar mais momentos de convivência com as pessoas com deficiência, em que os alunos poderão pôr em prática aquilo que estudam na teoria. Em estudo recente, Salerno *et al.* (2018) ressaltam que, em diversas localidades do Brasil, os cursos de graduação em Educação Física passaram a incorporar as diferentes dimensões humanas como alicerces para a discussão inclusiva, como sociais, culturais, educacionais e psicológicas, alcançando compreensões mais significativas pelos discentes acerca da questão, bem como percebe-se uma aproximação inicial, ainda que discreta, da teoria com a prática por meio da implantação de ações, como visitas às instituições especializadas e às escolas regulares inclusivas, aulas práticas de simulações ou com a participação de alunos com necessidades educativas especiais.

A aproximação entre teoria e prática precisa ser ponto fundamental quando se trata de formação com vistas a inclusão de pessoas com deficiência. Visitas a instituições, estágios supervisionados, projetos de extensão, aulas práticas com crianças com deficiência, propiciam

o contato com essa população e auxiliam na quebra do estigma presente na sociedade, que refere a incapacidade das pessoas com deficiência.

Pensando em contribuir de forma mais clara e objetiva com os cursos de formação inicial, destacam-se, a seguir, as experiências que favorecem o fortalecimento da relação teoria e prática por meio de vivências com o público com deficiência.

Experiências no estágio supervisionado

O estágio supervisionado é um espaço muito rico para exploração de experiências com pessoas com deficiência. Principalmente na escola, é comum encontrar crianças com deficiência incluídas em turmas regulares, e, portanto, todas as disciplinas do curso poderiam estar envolvidas com o estágio supervisionado sendo importantes para suscitar atividades práticas e posterior reflexão sobre a atuação com a inclusão.

Rodrigues (2019) aliou os conhecimentos da disciplina de Educação Adaptada onde conheceu sobre os esportes paralímpicos e teve a curiosidade de aplicar uma vivência de voleibol sentado em seu estágio supervisionado no ensino fundamental. A experiência foi relatada no trabalho de conclusão de curso e a pesquisa teve como objetivo principal verificar a percepção de crianças e adolescentes de 9 a 15 anos de idade sobre a modalidade Voleibol Sentado na aula de educação física de uma escola pública no município de Vicentina-MS. Tratou-se de uma pesquisa de campo, qualitativa, na qual participaram 71 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, do período vespertino, que responderam a um questionário após participarem de uma aula sobre o conteúdo Voleibol sentado.

Constatou-se que a atividade realizada apresentou boa aceitabilidade, as crianças e adolescentes de 9 a 14 anos puderam vivenciar uma aula de vôlei sentado, uma modalidade muito próxima daquela que eles já conhecem. As dificuldades, ao realizar os fundamentos do esporte na posição sentada, favoreceu que alunos sem deficiência vivenciassem os movimentos utilizados pelas pessoas com deficiências físicas e percebessem as possibilidades de prática, mesmo com limitações físicas. Concluiu-se que a percepção dos alunos sobre a vivência de voleibol sentado foi positiva e abrangeu não só a prática, mas também o sentimento de alteridade por parte dos alunos fazendo-os refletir sobre como a pessoa com deficiência pode se incluir neste âmbito dos esportes e das aulas de Educação Física.

Destaca-se que a prática de modalidades paralímpicas na Educação Física Escolar não é comum, por isso, oportunizar às crianças sem deficiência a se colocarem no lugar daqueles com deficiência pode propiciar um momento de reflexão sobre a condição do outro e, dessa

forma, trazer à tona o sentimento da alteridade. Logo, não apenas a disciplina de Educação Física Adaptada, mas todas as demais do curso de formação inicial, poderiam versar sobre sua prática adaptada ou paralímpica, de forma que o graduando perceba que todo movimento pode ser pensado e adaptado para as potencialidades de qualquer indivíduo.

A aproximação com pessoas com deficiência durante o estágio supervisionado suscitou a pesquisa de Almeida (2018), pois foi durante o estágio em uma escola que ele conheceu uma atleta de bocha adaptado. A aluna com paralisia cerebral foi “descoberta” na aula de Educação Física Escolar e passou a treinar com a equipe paralímpica da cidade. O objetivo da pesquisa de Almeida (2018) foi conhecer a prática do bocha adaptado realizado pela aluna cadeirante.

Por meio de estudo de caso, a investigação revelou que a menina de 14 anos praticava bocha há 2 anos, mas antes disso nunca havia praticado nenhuma modalidade esportiva.

De acordo com Almeida (2018), a aluna salienta que competir nessa modalidade a faz se sentir feliz e importante. O professor e treinador da aluna destacou o avanço no desenvolvimento técnico e pessoal da aluna, citando, por exemplo, o fato de a aluna se mostrar mais desinibida nas relações interpessoais. Além disso, a prática do esporte possibilitou que a aluna viajasse sem a presença dos pais para campeonatos, momentos que exigiram dela | 12

responsabilidade, autonomia e independência, fortalecendo sua segurança e autoestima. Pode-se perceber o quanto o estágio supervisionado contribui significativamente para uma formação com vistas a inclusão de pessoas com deficiência, no entanto, destacamos que a orientação desse processo deve ser organizada de forma a suscitar tais experiências. Ou seja, as disciplinas cursadas de forma concomitante ao estágio supervisionado podem trabalhar de forma conjunta, usando do momento de estágio como espaço de exploração dos conteúdos trabalhados nas demais disciplinas.

Extensão Universitária

Para além do estágio supervisionado, um forte aliado da formação inicial em Educação Física é a Extensão Universitária. Projetos e eventos de extensão congregam a comunidade e são excelentes momentos de convivência e prática com pessoas com deficiência. Um exemplo disso é destacado na pesquisa de Gonzaga (2020), que teve por objetivo descrever a participação dos alunos do curso de Educação Física no evento Festival Paralímpico 2019. Esse evento ocorre anualmente em todo o Brasil e, em 2019, foi realizado em 70 cidades e, pela segunda vez, ocorreu também no município de Dourados-MS.

A pesquisa evidenciou que a maioria do grupo participante não teve dificuldades para

exercer suas funções no evento e não teve dificuldades de interação com as crianças participantes, ou seja, o paradigma de que trabalhar com essa população exige uma qualificação especializada e que, portanto, seria mais difícil para o aluno de graduação, foi superado. O grupo percebeu a experiência no evento como positiva, pois a vivência resultou em conhecer melhor a população com deficiência, conhecer esportes paralímpicos e visualizar as potencialidades de crianças com deficiência para a prática de atividade física.

Melo e Munster (2014) relatam a experiência do Programa de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer Adaptadas às Pessoas com Deficiência – PROAFA desenvolvido pelo Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos - DEFMH/UFSCar. O PROAFA foi criado em 2006 e se configura como um projeto de extensão universitária e compreende atividades físicas, esportivas e de lazer voltado às pessoas com deficiência. O projeto conta com a participação de estudantes de graduação em Educação Física e de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação Especial. Ao longo de sua história, o PROAFA vem desenvolvendo diversas atividades, dentre elas, destacam-se a Natação Adaptada e o Handebol em Cadeira de Rodas. O referido projeto de extensão contribui para a qualidade da formação dos estudantes do Curso de Educação Física da UFSCar e para o desenvolvimento de estudos/investigações relacionados à área de Atividade Física e Esportes Adaptados. Rossi e Munster (2019) relataram os impactos da participação dos graduandos no PROAFA e nos demais projetos de extensão da universidade e destacaram que estes consideraram importante a participação nos projetos, pois ampliou os conhecimentos e proporcionou uma formação profissional mais ampla e aprofundada em relação ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Acredita-se que esses espaços de vivência e contato que os eventos e projetos de extensão propiciam são fundamentais para a formação inicial em Educação Física. Ressalta-se, ainda, que com a implementação da curricularização da extensão (BRASIL, 2018b), Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, a carga horária de atividades de extensão ganha destaque na matriz do curso e pode ser utilizadas como espaço importante de formação na perspectiva inclusiva.

Formação para atuar na perspectiva do trabalho colaborativo

Em pesquisa realizada por Oliveira (2018), a autora destaca a necessidade de formar professores de Educação Física capazes de trabalhar de forma colaborativa em contextos inclusivos. A mesma autora destaca que o trabalho colaborativo pode ser compreendido como

“as ações de colaboração que podem ser construídas entre professores e seus pares” (p. 15). Sendo assim, é importante incluir estratégias que estimulem uma formação para uma atuação colaborativa nas disciplinas direcionadas ao trabalho com pessoas com deficiência no currículo de formação inicial em EF.

Nessa direção, os autores Lytle *et al.* (2003) destacam a simulação do preenchimento do Plano de Ensino Individualizado (PEI-EF) como uma das estratégias de formação para a colaboração. O Plano de Ensino Individualizado (PEI) se constitui enquanto um documento oficial que tem como objetivo estabelecer um plano de ação para professores e especialistas que atendam crianças com deficiência (KOWALSKI *et al.*, 2005). Na Educação Física, o PEI pode se constituir enquanto uma ferramenta que norteie as práticas pedagógicas desses professores a partir dos objetivos e metas de aprendizagem estabelecidas colaborativamente. O modelo do PEI-EF pode ser encontrado no artigo publicado por Munster *et al.* (2014).

Assim, a simulação do preenchimento do PEI pode ser realizada de diversas formas; um dos caminhos possíveis é dividir os alunos em pequenos grupos de trabalho, com a tarefa de preencher o PEI a partir de uma situação hipotética/ caso de ensino elaborado previamente pelo professor da disciplina.

Outra estratégia sugerida por Lytle *et al.* (2003) é a elaboração de um roteiro e aplicação de uma entrevista com professores e profissionais de outras áreas, que podem atuar colaborativamente com a área de Educação Física em diversos contextos, como por exemplo os professores de Educação Especial, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, dentre outros. A autora sugere que a entrevista seja conduzida pelos discentes e realizada com diferentes profissionais e que o resultado seja compartilhado posteriormente com todos da turma. Para a elaboração do roteiro, as autoras sugerem questões que abordem as experiências e a formação profissional, as estratégias para tornar o trabalho mais eficiente; opinião dos entrevistados sobre as habilidades e competências para atuar na área; Estratégias que foram desenvolvidas pelo profissional para trabalhar efetivamente com outros profissionais de forma multidisciplinar; Estratégias que o profissional/professor vem desenvolvendo para trabalhar com outros profissionais, dentre outras.

Dessa forma, promover estratégias de formação para atuar colaborativamente nas disciplinas do curso de Educação Física, que abordam os aspectos didáticos pedagógicos do trabalho com pessoas com deficiência no contexto da inclusão, pode se constituir enquanto uma oportunidade de promover processos formativos que estimulem a reflexão sobre a necessidade de planejar e criar planos de ação que atendam às necessidades individuais do aluno com deficiência. Ademais, essas estratégias poderão contribuir para a formação de professores de

EF preparados para uma atuação interdisciplinar, pautadas pelo diálogo coletivo e no processo de resolução de problemas.

Considerações finais

O presente ensaio teórico teve como objetivo refletir sobre a formação inicial do professor de Educação Física para atuar junto às pessoas com deficiência. A partir do exposto, o texto aqui apresentado expõe a necessidade de se repensar a formação de professores de Educação Física para atuar com pessoas com deficiência, principalmente no que se refere a organização dos cursos, sugerindo fortemente a organização da grade curricular destes a partir do modelo de “infusão”.

Portanto, destacamos que o curso de graduação necessita enveredar esforços no sentido de organizar seu currículo para uma formação com vistas inclusiva. As disciplinas não podem trabalhar de forma estanque, a interação entre todos os componentes curriculares é essencial, utilizando-se dos momentos práticos como reais espaços de vivência e convivência com a população com deficiência.

Os professores do curso de graduação necessitam trabalhar conjunta e sinergicamente, oferecendo projetos de extensão e vislumbrando os momentos de prática do curso (estágios, prática como componente curricular, etc) como espaços de experimentação de suas disciplinas. Uma formação alinhada nesse sentido favorece ao acadêmico um olhar integrado da área da Educação Física, a qual demonstra sua grandeza e importância quando entende que não é importante em um segmento sozinha, mas na complementaridade das diversas áreas que a compõem.

A partir do exposto, o presente texto não pretende esgotar as possibilidades de trabalho e estratégias utilizadas pelos professores dos cursos de Graduação em EF, mas sim apresentar algumas sugestões de ações que possam nortear a prática pedagógica dos professores que ministram disciplinas que tratam de questões sobre pessoas com deficiência, diversidade, inclusão e Educação Especial no ensino superior. Assim, espera-se que o texto desperte reflexões que possam contribuir para o avanço dos debates sobre formação inicial de professores e a atuação junto à população com deficiência no campo da Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. P. **Esporte paralímpico escolar**: a experiência de uma aluna no bocha adaptado. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Brasília, DF: MEC; CNE, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file> Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14. Brasília, DF: MEC; CNE, 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 25 maio 2021.

CASTRO; M. M. C.; AMORIM, R. M. A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço permanente de vida. **Caderno Cedes**, v. 35, n. 95, p. 37- 55, abr. 2015.

CHICON, J. F.; PETERLE, L. L.; SANTANA, M. A. G. Formação, Educação Física e Inclusão: um estudo em periódicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, supl., p. S830-S845, abr./jun. 2014.

COATES, J. K. Teaching inclusively: are secondary physical education student teachers sufficiently prepared to teach in inclusive environments? **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 17, n. 4, p. 349-365, 2012.

DENARI, F. E. Diversidade, deficiência, autonomia escolar: de volta ao começo? In: MARTINS, S. E. S. O. GIROTO, C. R. M.; C.B.G. (org.). **Diferentes olhares sobre a inclusão**. Marília, SP: Oficina Universitária.

DUCHANE, K. A. *et al.* Pre-service Physical Educator attitude toward teaching students with disabilities. **Clinical Kinesiology**, v. 3, n. 62, p. 16-20, 2008.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, jul./set. 2014. DOI: 10.1590/S1413-65382014000300006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/05.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GILON, F. S.; CARDOSO, A. L. Um olhar sobre a formação em educação inclusiva na matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação Física. **EFDeportes.com, Revista**

Digital, Buenos Aires, ano 19. n. 194, jul. 2014. Disponível em:
<https://efdeportes.com/efd194/educacao-inclusiva-na-matriz-curricular-em-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.

GONZAGA, F. S. **Festival Paralímpico**: a participação dos alunos do curso de Educação Física da UFGD. 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

HODGE, S. R.; TANNEHILL, D.; KLUGE, M. A. Exploring the meaning of practicum experiences for the PETE students. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 20, p. 381-399, 2002.

JEONG, M. Pre-service Physical Educator attributes and confidence: In teaching individuals with disabilities. **Palaestra**, v. 27, n. 4, p. 11-13, 2013.

KOWALSKI, E. Implementing IEP or 504 goals and objectives into General Physical Education. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, v. 76, n. 7, p. 3-37, 2005.

KWON, E. H. Status of introductory APE course and infusion in PETE program. **Palaestra**, v. 32, n. 1, p. 32-39, 2018.

LAYNE, T. E.; BLASINGAME, J. Analysis of a physical education teacher education field experience of working one-on-one with students with severe and profound. **The Physical Educator**, v. 75, p. 683-700, 2018.

LOUZADA, J. C. A. **Inclusão educacional**: Em foco a formação de professores de Educação Física. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2016.

LYTLE, R. K. Teaching collaboration and consultation skills to preservice adapted physical education teachers. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, v. 74, n. 5, p. 49-53, 2003.

MAHL, E. **Programa de formação continuada para professores de Educação Física**: Possibilidades para a construção de saberes sobre a inclusão de alunos com deficiência. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

MELO, F. P.; MUNSTER, M. A. Handebol em cadeira de rodas: caminhos percorridos pelo PROAFA/ UFSCar. **Revista Adapta, Presidente Prudente**, v. 10, n. 1, p. 35-40, jan./dez. 2014.

MUNSTER, M. A. *et al.* Plano de ensino individualizado aplicado à educação física: validação de inventário na versão em português. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p. 43-54, jan./jun. 2014. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/4186>. Acesso em: 20 maio 2021.

NARDO, M. *et al.* Attitudes of preservice physical educators toward individuals with disabilities at University Parthenope of Napoli. **Acta Gymnica**, v. 44, n. 4, p. 211-221, 2014.

NUNES, J. S. **Formação de professores de educação física para a educação inclusiva: práticas corporais para crianças autistas**. 2019. 221 f. Tese (Doutorado em Educação e Diversidade) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

OLIVEIRA, P. S.; MUNSTER, M. A. Consultoria colaborativa como estratégia para inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar. *In*: ALVES, M. L. T.; FIORINI, M. L.; JUNIOR, R. V. (org.) **Educação Física, Diversidade e Inclusão: Debates e práticas possíveis na escola**. Curitiba: Appris, 2019.

OLIVEIRA, P.S. **Consultoria colaborativa como estratégia para promover inclusão escolar em aulas de educação física**. 2018. 182 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. DOI: 10.1590/S0104-40602009000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2021.

RODRIGUES, B. M. A. **Uma vivência de vôlei sentado na educação física escolar**. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2019.

RODRIGUES, D; LIMA-RODRIGUES, L. Educação Física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 317-333, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ROSSI-ANDRION, P. VILARONGA C. A. R.; MUNSTER, M. A. Formação Profissional Inicial em Atividade Física Adaptada: Análise da produção científica Internacional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25056, 2019.

ROSSI-ANDRION, P.; MUNSTER, M. A. Formação profissional em Educação Física Adaptada: um estudo de caso. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, PR, 2013.

ROSSI-ANDRION, P.; MUNSTER, M. A. Formação inicial em educação física na perspectiva Inclusiva: A percepção de licenciandos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2019, Bauru. **Anais [...]**. Bauru, SP: UNESP, 2019. Tema: Educação pública como direito: desafios e perspectivas no Brasil Contemporâneo.

SALERNO, M. B. *et al.* Formação profissional em educação física: questionamentos sobre inclusão educacional. *In*: GAIO, R.; SEABRA JUNIOR, L.; DELGADO, M. A. (org.) **Formação profissional em Educação Física**. 1. ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2013. p. 190-206.

SALERNO, M. B. *et al.* O conceito de inclusão de discentes de educação física de universidades públicas do estado de são paulo no contexto social da sua prática. **Movimento**, Porto Alegre, p. 721-734, set. 2018. ISSN: 1982-8918. DOI: 10.22456/1982-8918.78055. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/78055>. Acesso em: 31 out. 2020.

SILVA, C. S.; DRIGO, A. J. **Educação Física Adaptada**: Implicações curriculares e formação profissional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

TINDALL, D. Pre-service teachers' attitudes towards childrens with disabilities: An Irish perspective. **European Physical Education Review**, v. 21, n. 2, p. 206-221, 2015. DOI: 10.1177/1356336X14556861. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1356336X14556861>. Acesso em: 20 maio 2021.

VICKERMAN, P.; COATES, J. K. Trainee and recently qualified physical education teachers' perspectives on including children with special educational needs. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 14, n. 2, p. 137-153, 2009.

WILKINSON, S. *et al.* Student teacher experiences in a service-learning project for children with attention-deficit hyperactivity disorder. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 18, n. 5, p. 475-491, 2013.

WOODRUFF, E. A.; SINELNIKOV, O. A. Teaching young adults with disabilities through service learning. **European Physical Education Review**, v. 21, n. 3, p. 292-308, 2015. DOI: 10.1177/1356336X14564171. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1356336X14564171?journalCode=epea>. Acesso em: 20 maio 2021.

Sobre as autoras

Patricia Santos de OLIVEIRA

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Jacqueline da Silva NUNES

Universidade da Grande Dourados (UFGD).

Josiane Fujisawa Filus de FREITAS

Universidade da Grande Dourados (UFGD).

Patricia ROSSI-ANDRION

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.